

# Separação equivocada entre política e saúde: processos de desinformação e *fake news* de saúde na pandemia da Covid-19 no Brasil

Mistaked separation between policy and health: disinformation processes and fake news about health in Covid-19 pandemic in Brazil

Fernanda Vasques Ferreira<sup>[\*]</sup> - fernanda.jornalista82@gmail.com

Rafiza Varão<sup>[\*\*]</sup> - rafiza@gmail.com

## RESUMO

Qualquer problema dos cenários públicos faz parte daqueles sobre os quais as políticas públicas devem se debruçar, incluindo a saúde dos cidadãos. Após o anúncio da pandemia da Covid-19 no Brasil, emergiu uma discussão equivocada acerca da separação entre as questões de saúde e aquelas concernentes à política. Este texto tem como objetivo analisar de que maneira essas questões aparecem em quatro materiais jornalísticos publicados no *Correio Braziliense*, na *Jovem Pan*, nos portais de notícias *UOL* e *IG* e confrontá-los com um texto de ampla circulação nas mídias sociais, atribuído erroneamente ao filósofo e educador Mario Sérgio Cortella. Consideramos o contexto de desinformação e de proliferação de *fake news* em detrimento da formulação e discussão de políticas públicas efetivas para redução dos impactos da doença na saúde e na vida dos cidadãos. Para realizar a análise, foi utilizado o método da análise de conteúdo, conforme bases preconizadas por Bardin (2011), com inferências advindas da reflexão teórica sobre saúde e comunicação (GAVILANES, 2009; TABAKMAN, 2013; ARAÚJO, 2014; entre outros). Conclui-se que os equívocos acerca da saúde como objeto da política não se restringem apenas ao texto amador, mas também àqueles produzidos pelo jornalismo profissional aqui analisado.

**Palavras-chave:** Desinformação; saúde; políticas públicas.

## ABSTRACT

Any problem in public scenarios is part of those that public policies must address, including the health of citizens. After the announcement of the Covid-19 pandemic in Brazil, a mistaken discussion emerged about the separation between health issues and those concerning politics. This text aims to analyze how these issues appear in four journalistic materials published in *Correio Braziliense*, *Jovem Pan*, *UOL* and *IG* news portals and to confront them with a text with wide circulation on social media, erroneously attributed to the philosopher and educator Mario Sérgio Cortella. We consider the context of misinformation and the proliferation of fake news to the detriment of the formulation and discussion of effective public policies to reduce the impacts of the disease on the health and lives of citizens. To perform the analysis, the Content Analysis method was used, according to the bases recommended by Bardin (2011), with inferences arising from the theoretical reflection on health and communication (GAVILANES, 2009; TABAKMAN, 2013; ARAÚJO, 2014; among others). It is concluded that the misconceptions about health as an object of politics are not restricted only to amateur texts, but also to those produced by the professional journalism analyzed here.

**Keywords:** Disinformation; Health; public policy.

[\*] Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Loteamento Parque das Águas Barreiras – Barreiras/BA.

[\*\*] Universidade de Brasília (UnB). Via L3 Norte – Asa Norte, Brasília/DF.

## Introdução

No dia 15 de janeiro de 2021, o *Twitter* marcou um tuíte do presidente da república, Jair Bolsonaro, por entender que violava “as regras da plataforma”. O tuíte reproduzia o discurso proferido há um bom tempo pelo presidente acerca de um possível tratamento para a doença (o que vem sendo chamado de *tratamento precoce*), defendendo o uso de medicações sem eficácia científica. A mídia social afirmou que o chefe de Estado “violou as regras da plataforma sobre publicação de informações enganosas e potencialmente prejudiciais relacionadas à Covid-19”. No dia seguinte, o Ministério da Saúde também teve tuíte marcado sob as mesmas alegações. Nos dois casos, as informações divulgadas foram consideradas “enganosas e potencialmente prejudiciais” pelo *Twitter* no que diz respeito à pandemia do novo coronavírus, contribuindo para a difusão de desinformação em meio à calamidade global.

As marcações se deram logo após o colapso do sistema de saúde no estado do Amazonas (quando faltou oxigênio aos pacientes internados pela Covid-19 nos hospitais da capital daquele estado), e demonstram como saúde, política e comunicação constituem esferas intimamente relacionadas e cujo impacto pode ser desastroso em casos de difusão de informações errôneas. Contudo, desde o início da pandemia, essas relações têm sido confundidas com aquelas referentes à política partidária, associando esse contexto, ainda, à desinformação. Essas duas circunstâncias criaram um ambiente de falsa oposição entre as questões de saúde e as de ordem política<sup>[1]</sup> no Brasil.

Essa dicotomia, no entanto, é essencialmente inverídica e dificulta a compreensão pública acerca do dever de implementação de políticas públicas por parte do governo na promoção de saúde para o enfrentamento da pandemia, obrigação constitucional dos dirigentes:

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

*Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dis-*

*por, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.*

Além disso, cabe lembrar que a Carta de Ottawa, redigida na primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em 1986:

*A promoção da saúde vai além dos cuidados de saúde. Ela coloca a saúde na agenda de prioridades dos políticos e dirigentes em todos os níveis e setores, chamando-lhes a atenção para as consequências que suas decisões podem ocasionar no campo da saúde e a aceitarem suas responsabilidades políticas com a saúde. (CARTA DE OTTAWA, 1986)*

Desse modo, qualquer problema dos cenários públicos faz parte daqueles sobre os quais as políticas públicas devem se debruçar, em busca de soluções e da equalização das desigualdades enfrentadas por uma dada sociedade, incluindo aí, de forma decisiva, o que tange à saúde dos cidadãos, num

*[...] proceso integrador de decisiones, acciones, inacciones, acuerdos e instrumentos, adelantado por autoridades públicas con la participación eventual de los particulares, y encaminado a solucionar o prevenir una situación definida como problemática. (GAVILANES, 2009, p. 156).*

Este artigo investiga como alguns veículos do jornalismo brasileiro, que teriam como obrigação defender esses princípios e zelar pela correta divulgação da informação, tiveram seus discursos atravessados pela desinformação e pouca compreensão da inter-relação entre política e saúde, auxiliando na manutenção de um ambiente informacional instável e favorecendo a proliferação de *fake news*.

Nosso objetivo é analisar de que maneira a separação entre as questões de saúde e as questões políticas na pandemia da Covid-19 aparecem em quatro materiais jornalísticos publicados, respectivamente, no *Correio Braziliense*, na *Jovem Pan*, nos portais de notícias UOL e IG, submetidos à Análise de Conteúdo. O discurso presente

[1] O clamor pela separação entre política (nem sempre entendida como partidária) e saúde pode ser levantado com facilidade com uma busca simples no mecanismo de busca Google: <https://tinyurl.com/g6elft7d> Acesso em 17 de jan. de 2021.

nesse *corpus* inicial, em seguida, é confrontado com texto de ampla circulação nas mídias sociais, atribuído equivocadamente ao filósofo e educador Mario Sérgio Cortella, em que este afirmaria que estariam atirando pedras aos políticos injustamente. Nossa análise considera como hipótese que esses conteúdos adicionam equívocos e dissonâncias no que diz respeito à compreensão das relações entre política e saúde pública em nosso país a partir do uso político-eleitoral da pandemia por líderes políticos. Consideramos, ainda, o contexto de desinformação (WARDLE; DERAESHAN, 2017) e da proliferação de *fake news* em detrimento da formulação e discussão de políticas públicas efetivas para redução dos impactos da doença na saúde e na vida dos cidadãos. Evidenciamos a relevância da atividade jornalística relativa à cobertura informativa a partir do paradigma preventivo com ênfase na articulação social em rede (MOURA, 2008) para promoção da saúde e melhoria da qualidade da comunicação em saúde no Brasil.

## Brevíssimo histórico das estratégias de comunicação do governo sobre a Covid-19 no Brasil

A Covid-19 tem sido avassaladora em nosso país. Desde o dia 26 de fevereiro de 2020, quando foi confirmado o primeiro caso da doença em território brasileiro, mais de 236 mil<sup>[2]</sup> pessoas já morreram em decorrência da infecção pelo SARS-CoV-2. Ao longo desse quase um ano de disseminação pelo Brasil, a Covid-19 representou um desafio em termos sanitários e informacionais.

Esse segundo desafio foi continuamente atravessado pelas ações do governo federal e pelo contexto crescente de disseminação de *fake news* em mídias sociais, trazendo uma série de prejuízos ao esclarecimento acerca da enfermidade.

É necessário fazer algumas observações sobre como se deu a evolução da pandemia no Brasil, assim como sobre as estratégias de comunicação oficiais adotadas durante o período, observando que o comando do Ministério da Saúde passou por duas trocas de chefia até fevereiro de 2020.

A comunicação do governo, no início, apoiou-se

nos canais oficiais do Ministério da Saúde (MS), em especial os digitais (site e página no Twitter), em coletivas de imprensa diárias, com a participação do então ministro da pasta, Luiz Henrique Mandetta, e seus secretários. Diante da iminência do surto que se aproximava, houve um primeiro esclarecimento sobre as dimensões da pandemia no mundo, no país, e como prevenir o contágio.

Essas ações esbarraram nas primeiras respostas dadas pela presidência da república à chegada do vírus em terras brasileiras. Além de diminuir a severidade do Sars-CoV-2, chegando a prever a morte de “apenas” 800 infectados<sup>[3]</sup>, o governo passou a defender o uso de medicações, em especial a cloroquina, que, inclusive, segundo noticiou a Agência Brasil, foi produzida pelo Exército Brasileiro<sup>[4]</sup>. Os medicamentos defendidos posteriormente integrariam, no discurso presidencial e também no MS, o chamado *tratamento precoce*<sup>[5]</sup>, não confirmado cientificamente.

Essas afirmações não passavam pelos canais oficiais do MS, mas eram proferidas à imprensa, encontrando lugar preferencial nas mídias digitais do próprio presidente e de apoiadores - aumentando a produção de conteúdos para essas mídias, ainda que inverídicos. Por meio de lives, memes, textos que defendiam o uso das medicações, a comunicação do MS era muitas vezes desencontrada com a comunicação do mandatário.

Outra questão relevante foi a oposição imediata à única forma de controle da pandemia disponível naquele momento: o distanciamento social. Defendido pelo MS, se apoiava nas regras da Organização Mundial da Saúde (OMS) e nas práticas adotadas por vários países. Com o fechamento de vários setores de atividade econômica, para minimizar a propagação do vírus, o governo tratou de deslegitimar a prática, opondo economia e saúde.

A situação conflituosa culminou com a demissão de Luiz Henrique Mandetta em 16 de abril de 2020, sobretudo pela recusa do médico em cancelar o uso da cloroquina como tratamento oficial para a Covid-19. Mandetta foi substituído pelo também médico Nelson Teich, que ficou menos de um mês no cargo, de abril a maio de 2020, devido ao desacordo em reconhecer a cloroquina como medicação adequada para o Sars-CoV-2.

Ao longo da gestão, entretanto, Teich tentou alinhar de forma mais harmoniosa sua comunicação àquela

[2] Números atualizados até 12 de fevereiro de 2021.

[3] A íntegra pode ser lida em: <https://tinyurl.com/1sng6ez2> Acesso em 21 de jan. de 2021.

[4] A íntegra pode ser lida em: <https://tinyurl.com/1ecth4k2> Acesso em 21 de jan. de 2021.

[5] Enquanto este *paper* era produzido, o MS passou a negar o uso do termo. A íntegra pode ser lida em: <https://tinyurl.com/5447ajwg> Acesso em 21 de jan. de 2021.

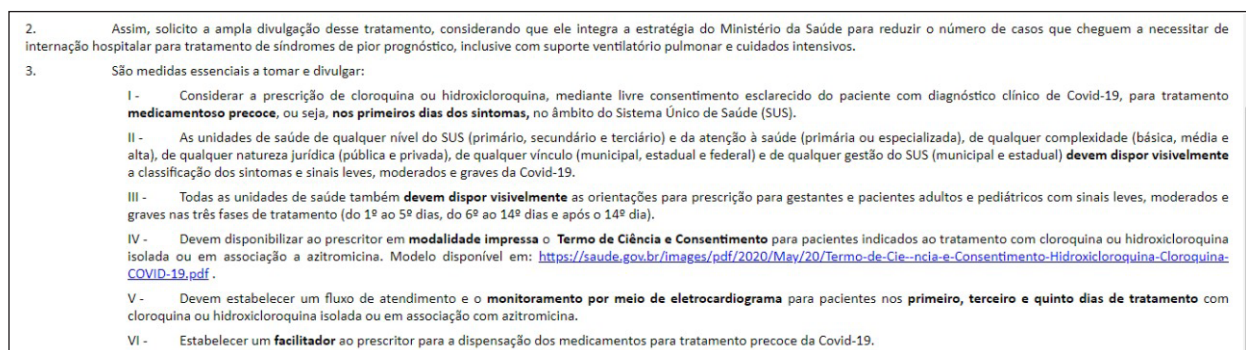


Figura 1. Ofício Gabinete do Ministério da Saúde.

Fonte: SEI/Saúde, 2020.

pretendida pelo presidente Jair Bolsonaro. As coletivas, antes diárias, se tornaram esparsas e a liberação dos dados sobre a Covid-19 começou a ter horários irregulares. O período de Teich à frente do MS ajudou a fomentar o cenário que se seguiu com sua saída e a entrada do General Eduardo Pazuello, do Exército.

Primeiro não médico a assumir o MS durante a pandemia, o General, como pode ser visto na Fig. 1, adicionou a cloroquina (e outras medicações, como a ivermectina) ao protocolo de tratamento da Covid-19, e realizou várias mudanças na comunicação nos canais oficiais do ministério.

Três dias após começar seu trabalho ainda como ministro interino, a página do MS iniciou a publicação do Placar da Vida (ainda em vigor em fevereiro 2020, data de produção do presente estudo), omitindo o número de mortos e destacando o número de “recuperados” da doença. O Placar, reproduzido nas redes digitais do MS, atende a uma reação contra os meios jornalísticos que divulgam (acertadamente) o número de óbitos diários por Covid-19. Parte dos apoiadores do presidente (e ele mesmo) defende que essa divulgação causa “problemas psicológicos” na população e que deveria ser evitada.

Pouco tempo depois, em junho,

*[...] a página do ministério deixou de divulgar os números acumulados da Covid-19, passando a mostrar apenas os casos e mortes acumulados em 24h. Poucos dias após a mudança, focados na ideia de responsabilidade social da imprensa, os veículos O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, G1 e UOL decidiram formar um con-*

*sórcio que ficaria responsável por somar esses números, partindo do histórico da doença e dos dados fornecidos diariamente pelas secretarias de saúde estaduais [...]. O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou rapidamente, entretanto, que o governo retomasse o formato antigo de divulgação. [...] Outra questão importante desse mesmo período foi o atraso contínuo na liberação dos números da Covid-19, que passaram a ser publicados cada vez mais tarde. O presidente da república chegou a dizer que, com isso, “acabou matéria do Jornal Nacional”. (VARÃO, 2020)*

Os canais ligados ao governo (incluindo as contas pessoais do presidente em mídias sociais) passaram a operar como fonte oficial de informações sobre a Covid-19 para um público bastante segmentado (seus eleitores) e a imprensa foi delineada como uma inimiga a ser combatida. Além disso, boa parte do que foi dito sobre a pandemia por parte do governo pôde ser ouvida naquilo que foi apelidado de “cercadinho”, lugar próximo ao Palácio do Alvorada<sup>[6]</sup>, cercado por grades baixas, onde o presidente conversa com apoiadores. A comunicação foi balizada por essas premissas, fomentando cenário fecundo para a disseminação de desinformação e *fake news* baseadas num apelo ideológico contrário à correta divulgação da informação e aos preceitos científicos. Um sintoma é a quase ausência de campanha oficial conscientizadora do MS sobre a Covid-19.

O uso de mídias sociais atendeu às já conhecidas estratégias de menosprezar os veículos tradicionais, transformando os perfis pessoais de políticos em única fonte

[6] Residência oficial do presidente da república.



de informação para seus eleitores, que passam também a considerar esses canais como portadores da verdade (de acordo com as premissas do tecnopopulismo<sup>[7]</sup>).

O resultado disso foi um amplo uso de discurso que se volta para fins eleitorais e menos para a saúde como questão pública, acarretando uma profusão de materiais inadequados para o enfrentamento da pandemia. Há impactos na própria relação da população com a automedicação, com sua proteção, com os cuidados cidadãos com outros membros da sociedade - trazendo riscos reais a essa mesma população, já que esses medicamentos podem causar várias reações adversas. Houve uma alta de mais de 3000% na procura por esses remédios<sup>[8]</sup>. A prevenção foi desestimulada, dando lugar a uma ideia fatalista, de mortes e adoecimento inevitáveis.

## Saúde como política pública e a perspectiva da prevenção

A OMS propôs, em 2018, um guia com três eixos centrais para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência: 1) conquistar a confiança e a participação das populações afetadas; 2) comunicação explícita das incertezas por parte das autoridades junto ao público, apontando o que se conhece e não se conhece sobre determinado assunto; 3) participação das comunidades.

*Durante as emergências de saúde pública, as pessoas precisam de saber quais os riscos sanitários que correm e que medidas podem tomar para proteger a sua saúde e as suas vidas. Uma informação rigorosa fornecida em devido tempo, com frequência e nas línguas e canais que as pessoas possam entender, confiar e usar, permite-lhes fazerem escolhas e tomar medidas para se protegerem a si próprias, às suas famílias e às comunidades contra os perigos e as ameaças à sua saúde. [...] uma comunicação eficaz dos riscos permite às pessoas que se encontram em maior perigo compreenderem e adotarem comportamentos de protecção. (OMS, 2018, p. 11)*

De acordo com o ex-ministro da Saúde e Ambiente da Nação da Argentina, a promoção da saúde enfatiza a necessidade de as pessoas assumirem maior responsabili-

dade direta com a saúde coletiva. A informação é condição essencial para que a população participe e se engaje em campanhas e ideias que previnam e promovam a saúde. Assim, uma política de Estado é a que desperta na sociedade e, diretamente nas pessoas, um consenso massivo.

*Mas um passo prévio e inevitável para que esse consenso massivo se produza é que os meios de comunicação acompanhem a difusão das políticas que procuram melhorar a qualidade de vida das pessoas, ainda que resultem antipáticas para alguns interesses setoriais. (GARCÍA IN TABAKMAN, 2013, p. 25)*

Para García, a comunicação é um instrumento-chave para modificar a opinião pública com o objetivo de que os agentes políticos se vejam obrigados a agir em benefício de seus representados, buscando consolidar um mundo “mais sadio”. Na mesma perspectiva, Iribarría e Oleffe (2011, p. 112) defendem a adoção de comportamentos saudáveis, a facilidade de acesso à informação e a confiança nas informações. A informação de qualidade é o elemento determinante para o cuidado e a prevenção da saúde: “[...] debemos de poder garantizar a los usuarios que la información recibida sea de calidad. Solo assim, podemos adoptar conductas de auto-cuidado”.

Segundo Montoro (2008, p. 448), sobretudo em momentos de crise, é esperado que “a comunicação seja capaz de solucionar por si problemas estruturais”. Contudo, ao investigar a percepção de gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) em relação ao papel da comunicação em campanhas de saúde, Montoro (2008) concluiu que, de modo geral, as atividades de comunicação são “acessórias” às ações de saúde.

Para além dos aspectos ideais de como deve ser a comunicação em saúde, compreendemos a comunicação e saúde a partir do que Araújo (2014, p. 122) conceitua como “o direito de produzir e fazer circular seus sentidos sobre a saúde e sobre tudo no mundo, em condições de mais equidade”. A comunicação se constitui como um mercado simbólico que poderia ser explicado como uma rede de sentidos em espiral com duas posições extremas de poder discursivo - o centro e a periferia. “Equidade, nesse cenário, é então direito a melhores condições de disputar o mercado simbólico dos sentidos da saúde” constituindo-se como um campo de negociação e de luta” (Araújo, 2014, p. 122). Assim, a comunicação como direito transforma o ator social em ator político

[7] Como categorizado por LIPOW & SEYD (2007) e mais tarde em GRAHAM (2002) e DESERIIS (2017).

[8] A íntegra pode ser lida em: <https://tinyurl.com/4auw8cy9> Acesso em: 21 de jan. de 2021.

com capacidade de agir e transformar a realidade.

O paradigma preventivo e participativo para a comunicação em saúde apresentado por Moura (2008) que pressupõe um conjunto de práticas dialógicas que consideram o processo de produção e socialização do conhecimento pela sociedade e pela ampliação da consciência sanitária com vistas a alterar - do ponto de vista qualitativo - a relação do cidadão com os serviços de saúde, principalmente aqueles de caráter público.

*Ao perceber a saúde como direito, a esfera da comunicação e seus produtos e serviços informativos [...] irão tratar o risco em saúde como algo que pode ser de fato evitado não só pela ação do cidadão, mas também como uma articulação social em rede. (MOURA, 2008, p. 130)*

É com base nessa articulação social em rede que entendemos a saúde como política pública, dizendo respeito a

*[...] conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacional, estadual ou municipal que afetam a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, cor, religião ou classe social. A política pública deve ser construída a partir da participação direta ou indireta da sociedade civil, visando assegurar um direito a determinado serviço, ação ou programa. (FIOCRUZ)*

Embora a Constituição Federal de 1988 seja explícita e irretocável quanto aos direitos dos cidadãos brasileiros, a saúde e a comunicação como direitos guardam, entre si, um ponto de interseção: na pandemia da Covid-19, ambas têm sido negadas aos cidadãos explicitamente pelos atores sociais - agentes públicos - que deveriam resguardá-las e garanti-las à população. Estudo (CEPEDISA, 2021) realizado pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos analisou, desde março de 2020 até os primeiros 16 dias de janeiro de 2021, os atos normativos da União, incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais e vetos presidenciais; os atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia; e a propaganda contra a saúde pública. Essa última foi definida pelo estudo como

*[...] o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular a recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19.*

O estudo afirma que “a maioria das mortes seriam evitáveis por meio de uma estratégia de contenção da doença, o que constitui uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros” (CEPEDISA, 2021, p. 7). Monari (2020) aponta o contexto de desinformação amplificado pelo presidente a partir da criação de uma “agenda alternativa” em suas redes digitais em substituição àquela veiculada pelos meios de comunicação tradicionais e pelo jornalismo profissional.

*A pós-verdade é repleta de implicações políticas, morais e institucionais. No cenário em que fatos objetivos têm menos peso para a constituição da opinião pública que emoções e crenças pessoais, é possível observar uma mudança no regime de verdade baseado na confiança nas instituições para outro alicerçado em emoções e crenças pessoais. (MONARI, 2020, p. 213)*

Nesse cenário, cabe diferenciar desinformação e *fake news*, definindo-as de maneira específica, no que tange a este trabalho. Desinformação abrange fenômeno mais amplo, definido como “envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade” (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3319). Já as *fake news* correspondem a uma parte importante do processo de desinformação e, embora, não sejam elementos completamente novos<sup>[9]</sup>, e “não se trata apenas de uma informação pela metade ou mal apurada, mas de uma informação falsa intencionalmente divulgada, para atingir interesses de indivíduos ou grupos” (RECUERO; GRUDZ, 2019, p. 32), emulando notícias reais.

[9] Em 1921, por exemplo, o historiador Marc Bloch já avaliava as características daquilo que, então, era chamado de notícias falsas (*false news*).

Dessa forma, apresentamos as sete categorias de Wardle (2017) em relação a conteúdos desinformativos em uma escala crescente de intencionalidade para desinformar: 1) Sátira ou paródia; 2) Conexão falsa; 3) Conteúdo enganoso; 4) Contexto falso; 5) Conteúdo impostor; 6) Conteúdo manipulado; 7) Conteúdo fabricado. Embora seja uma forma de arte, a **sátira ou paródia** pode se tornar uma informação incorreta se mal interpretada pelo público. É considerado o grau mais baixo de desinformação e tem potencial para enganar quando se converte em um veículo de propagação de ideias. A **conexão falsa** é definida por Wardle (2017) como aqueles títulos que não têm relação com o conteúdo porque a tentativa é atrair a atenção do consumidor de informação até um determinado conteúdo, usando o título como “isca”. A autora cita como exemplo os “clickbaits”, uma estratégia de divulgação online a partir de títulos sensacionalistas que têm finalidade de gerar receita. O **conteúdo enganoso** diz respeito a tema ou pessoa que recorre à informação falsa, seja por fotos manipuladas ou citações falsas para provocar desinformação. São imagens, infográficos e memes que são altamente compartilháveis porque apresentam visual atraente com grandes blocos de textos. No caso da categoria de **contexto falso**, o conteúdo é verdadeiro, mas tirado de contexto ou com alguma informação falsa. As categorias de conteúdo enganoso e contexto falso tem algo em comum: mantém elementos verdadeiros para garantir a confiança do leitor e introduz contextos falsos que alteram a percepção da pessoa acerca da realidade, favorecendo a posição de quem as publica ou tem interesse na publicação. O **conteúdo impostor** se caracteriza pela mensagem que forja ser oriunda de uma fonte oficial, podendo usar uma marca ou logotipo, “roubando” a imagem ou nome de um indivíduo para usufruir de sua credibilidade e parecer crível. A categoria de **conteúdo manipulado** se utiliza da manipulação de um conteúdo verdadeiro para manipular o público e é muito utilizada ao longo da história, principalmente em cenários de guerras e conflitos políticos. Por fim, a última categoria proposta é a de **conteúdo fabricado**, um dos mais importantes a serem combatidos, pois a informação é totalmente falsa e o objetivo é causar algum mal ou difamação de reputação. A maior dificuldade está em analisar imagens estáticas e em movimento e, por isso, as técnicas de checagem e verificação necessitam ser aprimoradas. O mapeamento da categorização proposta por Wardle (2017) nos ajuda a compreender as possibilidades existentes de desinformação e nos orienta quanto às possíveis estratégias de enfrentamento.

Ferreira e Varão (2020) identificaram uma correlação entre as notícias falsas e seu uso na esfera política, nas campanhas ligadas a governos que buscam atingir algum objetivo quase sempre ligado ao capital e a ganhos políticos. Essa constatação vai ao encontro do que evidenciou o *Boletim Direitos na Pandemia* e os estudos de Monari (2020).

*No Brasil, [...] a Covid-19 se tornou objeto de disputa política entre o presidente da República, governadores e prefeitos e entre as pessoas partidárias de um ou outro protagonista político. As medidas de restrição do isolamento social adotadas em alguns estados brasileiros passaram a ser objeto de crítica nas redes sociais e governadores e prefeitos tiveram de atuar, em parceria, no combate às fake news sobre a doença, sobre formas de prevenção em relação a ataques e mensagens de ódio e ofensas pessoais disseminadas contra gestores que cumpriram as orientações da OMS. A questão ideológica e partidária parece ter emergido muito mais do que as políticas de enfrentamento à doença em torno de um falacioso discurso reproduzido pelo presidente da República em suas redes sociais. (FERREIRA E VARÃO, 2020, p. 390-391)*

Todos esses pontos evidenciam a importância da comunicação na perspectiva preventiva e de participação dos cidadãos e inserem a saúde como uma perspectiva de política pública que deve ser idealizada e concretizada pelo Estado. Estudo publicado por Kobori e Sanches (2020) apresenta o contexto comunicacional da doença na Nova Zelândia em que o governo neozelandês definiu estratégias comunicativas que privilegiaram a comunicação aberta e a participação da população na prevenção da Covid-19, com resultados positivos. Resultados concretos das políticas de prevenção em saúde atestam que prevenir é melhor que remediar e de que política está relacionada à saúde pública convertida em ações, programas e estratégias desenvolvidas em rede que visem a preservação da vida e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos como descrito pela Fiocruz, por Moura (2008) e Araújo (2014).

Ordoñez et al. (2020) afirmou, em seu estudo sobre a pandemia no Equador, que a área da saúde correu contra o tempo junto com o sistema de informação para prevenção do contágio acelerado. “Esta tarefa de información responsable, objetiva y veráz, que cada país a través de

sus Secretarias de Comunicación lo asume, es fundamentalmente de los medios de comunicación tradicionales y digitales que experimentan cambios en sus rutinas” (ORDOÑEZ et al., 2020, p. 179). Isso posto, a gestão da saúde pública no Brasil parece ter muito o que aprender com outras nações sobre as práticas comunicacionais e de políticas em saúde que garantam a preservação das vidas e respeitem os preceitos constitucionais.

Tal contexto está associado ao avanço pernicioso da ideologia da extrema direita e da disseminação de desinformação e *fake news* conforme relata Mello (2020). Embora essa não seja uma particularidade brasileira, a perspectiva negacionista, o fatalismo e a propagação de informação inverídica sustentam práticas contrárias às orientações da OMS, mas no Brasil, tem o objetivo de dar guarida ao discurso do presidente da República. A polarização política partidária nas redes digitais coloca, de um lado, os que defendem a ciência, as práticas de prevenção e as medidas indicadas pelas autoridades sanitárias e, de outro, os que combatem as medidas preventivas, evidenciam o discurso dicotômico entre economia e saúde, negam as práticas de imunização consolidadas como políticas públicas no país, e, portanto, questionam a eficácia da vacina para a Covid-19. Há a adoção de posturas de apoio e divulgação de medicamentos ineficazes para tratar a doença e, quando confrontados com informações científicas, tendem a afirmar que política não se discute e que está havendo uma politização da saúde. Como nos explicam Duarte e César (2020):

*[...] o negacionismo se tornou moeda corrente no Brasil sob o governo Bolsonaro. As consequências disso foram ainda mais graves, dado que não apenas a própria doença e seus efeitos no organismo humano eram (e ainda são) relativamente desconhecidos da comunidade médica mundial, mas também pelo fato de que as recomendações médico-científicas exigiam forte e imediata modificação de comportamentos, na esteira da proposição de políticas públicas informativas e preventivas por parte das autoridades nacionais. Estavam dadas, assim, todas as condições para que a pandemia de Covid-19 se transformasse num foco privilegiado de produção e disseminação governamentais de teses negacionistas, as quais implicaram não apenas a politização do vírus, mas também a politização de medicamentos, como a Cloroquina e a Hidroxicloroquina, a politização da própria Organização Mundial da Saúde e de*

*suas recomendações científicas, bem como, mais recentemente, a própria politização das vacinas. (DUARTE; CÉSAR, 2020, p. 9)*

## O mito da separação entre política e saúde no caso da Covid-19 no Brasil

Política, segundo Aristóteles, consiste na ciência da felicidade humana. “[...] A felicidade humana consistiria em uma certa maneira de viver, e a vida de um homem é o resultado do meio em que ele existe, das leis, dos costumes e das instituições adotadas pela comunidade à qual ele pertence [...]” (KURY, 1997, p. 7). Ainda segundo Aristóteles, o objetivo da “[...] política é descobrir primeiro a maneira de viver que leva à felicidade humana, e depois a forma de governo e as instituições sociais capazes de assegurar aquela maneira de viver” (KURY, 1997, p. 7, grifo nosso).

Sobre a política como um campo científico, o filósofo nos esclarece que este pertence ao grupo de ciências práticas que busca o conhecimento como um meio para a ação:

*A ciência prática por excelência é a “política”, isto é, a ciência do bem-estar e da felicidade dos homens como um todo; ela é prática no sentido mais amplo da palavra, pois estuda não somente o que é a felicidade [...] mas também a maneira de obtê-la. (KURY, 1997, p. 08)*

A partir dessa perspectiva aristotélica, interpretamos o que Araújo e Cordeiro (2020) enfatizam ao relacionar o direito à comunicação, à informação e à participação com os campos da comunicação e saúde. No que concerne à participação do cidadão, as autoras evidenciam a capacidade de contribuir com a formulação das políticas públicas:

*[...] Por cuidados, por acesso a vacinas, medicamentos, por saúde. Há, nisto, uma dimensão que é da ordem individual, existencial. Mas, preferimos nos deter na dimensão coletiva, que afeta inclusive a participação na formulação e implantação de políticas públicas sobre o tema. (ARAÚJO E CORDEIRO, 2020, p. 222)*

É essa relação de interdependência entre as políticas públicas de saúde e as práticas de prevenção em comunicação e a indissociabilidade entre elas que



nosso artigo se propõe a analisar. Para isso, selecionamos quatro materiais jornalísticos publicados no jornal *Correio Braziliense*, na rádio *Jovem Pan*<sup>[10]</sup> e nos portais de notícias *UOL* e *Zero Hora* cujos conteúdos evidenciam a separação entre saúde e política na pandemia da Covid-19 no Brasil, numa incompreensão do que é a política (de forma ampla) e uma supervalorização da política partidária. Para realizar a análise do material, utilizamos métodos propostos pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) com o objetivo de destacar a interseccionalidade que permeia material profissional de comunicação (textos publicados em veículos jornalísticos) e material amador/não profissional (para ser veiculado em mídias sociais, sem autoria definida). Desse modo, observa-se tanto na produção profissional quanto na não profissional que ideia de saúde pública sustenta aquilo que é dito. Apresentaremos nossa análise de forma cronológica considerando a data de publicação dos textos.

Para nossa análise identificamos os seguintes eixos temáticos (ET): 1) Antítese entre política e saúde; 2) Enquadramento de saúde como ciência e de política como algo negativo em si e obscuro; 3) Supervalorização da política partidária em detrimento da política propriamente dita; e 4) Propagação de desinformação.

Nossa primeira unidade de análise (UA1) é o texto publicado no portal *UOL* cujo título “É ‘lamentável’ uso político da covid, diz líder em pesquisa de vacinas” apresenta a visão de um especialista sobre o uso político da pandemia. O texto evidencia que saúde está para ciência assim como política está para algo nebuloso e não transparente<sup>[11]</sup>. O trecho a seguir reflete essa visão:

*“É lamentável que a política tenha se envolvido em um processo que deveríamos conduzir com a devida supervisão, à luz do dia”, afirmou ele, que lidera a organização internacional dedicada a descobrir, desenvolver e fornecer vacinas seguras, eficazes e acessíveis para a saúde da população global. (UOL, 2020)*

Identificamos a presença de ironia sutil no trecho do especialista em vacinas em relação ao contexto do título da UA1. Fica evidente que líderes políticos, como Donald Trump, que outrora demonstraram desprezo pela imunização estariam fazendo uso prático do desenvolvimento

científico para política partidária em um ano de eleições como foi o caso dos Estados Unidos em 2020:

*Jerome Kim, diretor administrativo do IVI (Instituto Internacional de Vacinas, em inglês) criticou o uso político da pandemia de covid-19 por parte de alguns governos e, sem citar nomes, disse ter achado “interessante” quando “um presidente que no começo não estava muito interessado em vacinas perguntou: ‘quando é que vamos ter a vacina?’” (UOL, 2020)*

Embora as falas do especialista em vacinas possam ser enquadradas em um contexto de ironia e crítica em relação ao uso político - referindo-se à política partidária - da pandemia, o texto pressupõe uma dissociação entre o campo da política e da saúde. Ao supervalorizar a política partidária e excluir a saúde e a pandemia em si do contexto político mais amplo - às formulações de políticas públicas - o material jornalístico da UA1 indica que saúde e política são áreas distintas e diametralmente opostas.

O texto do jornal *Correio Braziliense* cujo título é “Pandemia pode ser usada como arma para desgaste político” constitui nossa UA2. A análise identifica que o texto alerta para o risco de uso político da pandemia e faz uma reflexão sobre a relação existente entre a popularidade e a aprovação do presidente da República e a condução política da pandemia. Diferentemente da UA1, o material explicita a relação entre as ações e decisões de um gestor público e os impactos disso na avaliação do eleitor nos processos eleitorais. Não há uma relação mais profunda sobre política e política pública em saúde. Fica evidente que na UA2 há uma relação entre a pandemia e as eleições de 2022 a partir de uma supervalorização da política partidária em detrimento das políticas de saúde pública. O trecho abaixo integra o primeiro parágrafo do texto:

*[...] observadores do cenário político alertam que esta estratégia pode não dar o resultado esperado. O ponto fraco, e que teoricamente anularia parte da manobra de enfraquecimento de adversários, responsabilizando-os pelos desmandos financeiros durante o surto da covid-19, é o comportamento negacionista e o crescimento no número de mortes no país; e tragar parte do capital político do presidente. (CORREIO BRAZILIENSE, 2020)*

[10] O conteúdo foi removido como podcast, mas encontra-se disponível no link: <https://tinyurl.com/3gk9qcmm> Acesso em 12 fev. 2021

[11] Um procedimento muito comum em meio à ascensão da antipolítica.

UA	Veículo	ET1	ET2	ET3	ET4	Observações
1	Portal UOL	X	X	X	X	Texto irônico e dúbio que pode gerar desinformação
2	Correio Braziliense		X	X		Estabelece relação entre ações do presidente da república em relação à pandemia e o processo eleitoral
3	Jovem Pan	X	X	X	X	A única política que se admite em saúde é a política praticada pelo presidente da república.
4	Portal IG	X	X	X	X	A desinformação acontece em razão da dicotomia evidente apresentada pelo especialista entre saúde e política

**Quadro 1.** Análise de conteúdo de materiais jornalísticos.

Fonte: As autoras.

O conteúdo “Constantino: Quem politiza a pandemia desde o começo são alguns políticos e veículos de comunicação”, na Jovem Pan, na forma de *podcast* e vídeo, constitui a nossa terceira unidade de análise (UA3). Nesse material jornalístico, Constantino descredibiliza a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) - órgão regulador brasileiro, os jornalistas, veículos de comunicação, cientistas e polariza a política entre o presidente da república e o governador de São Paulo, João Doria, atualmente um dos adversários políticos de Jair Bolsonaro. “[...] E aí ficam questões no ar... Especialistas, cientistas têm colocado. Não políticos, né, não governadores” (CONSTANTINO, 2020). Embora Constantino se valha de um falso apelo científico no *podcast*, temáticas científicas são tratadas de forma simplória e rasa, ele também emite opinião, sem o devido respaldo científico sobre o Programa Nacional de Imunização e sobre a utilização de medicamentos sem comprovada eficácia científica. Propala, ainda, inverdades sobre a China e promove desinformação sobre a vacina Coronavac e sua capacidade de imunização.

Na UA3 observamos um nível acentuado de desinformação, bem como a tentativa de desqualificar a atividade política oriunda da perspectiva de ações e programas para solucionar problemas que afetam a vida das pessoas (OMS, 2018; Fiocruz; Gavilanes, 2009). Sobre o conteúdo inverídico divulgado na UA3, Warde e Derakshan (2017) alertam que estamos testemu-

nhando o que nomeiam como a *poluição da informação a uma escala global* a partir da desinformação que deliberadamente pretende provocar danos.

A quarta unidade de análise (UA4), com o título “É irresponsabilidade misturar vacinas com política, diz epidemiologista” foi publicada no *Portal IG*. Nela há uma distinção entre o campo da política e da saúde como antagônicos e como se a saúde, “penetrada” pela política, pudesse ter sua credibilidade afetada. Há, no texto, um debate apenas em torno da política partidária excluindo da noção de política a visão aristotélica de que esta é a ciência que busca felicidade humana e que tem como entendimento que os governos e as instituições devem assegurar uma vida feliz ao cidadão.

*“Se não houver o controle dessa polêmica, é bastante possível que isso prejudique o controle de doenças por meio de vacinas e não só do Sars-CoV-2, é possível que isso pode refletir em outras vacinas e acredito que, por isso, independentemente da matiz ideológica dos políticos, é uma grande irresponsabilidade envolver as vacinas nesse tipo de discussão política”, pontuou o profissional.*

Realizada a análise dos materiais jornalísticos e publicados em veículos tradicionais de comunicação, os confrontamos com texto atribuído erroneamente

*Por Mário Sérgio Cortella\_ Aquele que tiver a real solução para esse problema que atire a 1ª pedra !!! Atire no Prefeito que fechou a cidade e mandou todos pra casa. Atire no Presidente que pede pra abrir a cidade e a volta ao trabalho. Atire nos médicos que pedem o isolamento social para evitar o colapso no sistema de saúde. Atire nos economistas que pedem para voltar a rotina prevendo um colapso financeiro ....*

*O NEGÓCIO É ATIRAR PEDRAS ! Se voltar tudo a funcionar vai morrer quantas pessoas ? Se ficar em isolamento social vai morrer quantas empresas? Vou responder: Ninguém sabe!! Quando um problema não tem solução, elegemos um culpado, um inimigo, um vilão... Não! A culpa não é do Prefeito! Não! A culpa não é do Governador! Não! A culpa não é do Presidente! Nem dos médicos, nem dos economistas e nem do Ministro da Saúde.*

*Eles estão tão perdidos quanto todos nós. Tão perdidos quanto Donald Trump e todos os líderes mundiais. Fomos pegos de surpresa sem manual de procedimentos. Cada um ACHA uma coisa, mas NINGUÉM tem certeza. Então quem sabe não é a hora de parar de perder tempo atirando pedras e dando palpites, e começar a orar mais, amar mais, chorar mais, valorizar mais os AMIGOS e a FAMÍLIA ... Chega de ódio!!! Talvez seja essa a solução!!!”*

**Figura 2.** Texto atribuído erroneamente a Mário Sérgio Cortella.

Fonte: Boatos.org<sup>[12]</sup>.

ao escritor e educador Mário Sérgio Cortella em que se diz que estariam atirando pedras aos políticos injustamente. O texto viralizou e foi enquadrado como *fake news* em diferentes agências de checagem.

O texto equipara o cidadão comum ao gestor e tenta incutir uma ideia de que a situação de crise sanitária não pode ser gerida nem por um nem por outro, retirando a responsabilidade do poder público de fornecer resposta eficaz no enfrentamento à doença. Construído em cima de uma percepção de senso comum, pouco afeita à compreensão da coisa pública e do papel das lideranças, reduz a política a uma visão simplista bem diferente da natureza complexa do agir político e do problema.

A saúde é um direito fundamental e constitucional e, portanto, cabe aos governantes, numa democracia representativa, garantir que os cidadãos tenham acesso pleno a ela. É dever do Estado ações de antecipação, regulamentação, controle e elaboração de políticas que reduzam os riscos de doenças, garantido o acesso à saúde a toda a população, tendo como objetivo o bem-estar e a justiça social. A saúde também se constitui como um direito humano universal,

figurando entre os direitos sociais presentes no artigo 25 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

O texto atribuído a Mário Sérgio Cortella induz a uma percepção equivocada, novamente, das relações entre política e saúde, tornando a pandemia algo ingerenciável. Eximindo o Estado de qualquer incumbência no controle do Sars-Cov-2, a publicação traz não só uma visão ingênua sobre governantes, mas presta um desserviço à formação dos cidadãos também como atores políticos.

Ao sugerir que a pandemia e os danos causados por ela são insolúveis, sugere ainda que não é possível responsabilizar ninguém, nem sequer aqueles que são eleitos para propor soluções a problemas, que tocam a vida dos cidadãos, na forma de políticas públicas. O texto disseminado nas redes digitais provoca, ainda, desinformação e pode ser categorizado como conteúdo impostor de acordo com a classificação de Wardle (2017).

A pandemia é apresentada como acontecimento sobrenatural e fora de controle da ciência e da política, com protagonismo para a doença e o vírus em detrimento dos agentes públicos que poderiam agir sobre a situação e

[12] A íntegra do texto está disponível em: <https://tinyurl.com/app> Acesso em 01 fev. 2021.

a prevalência de discurso atravessado pela religiosidade, por viés emocional acentuado com apelo psicológico e moral, responsabilizando o cidadão comum, imputando a ele responsabilidades que, se cumpridas, seriam os “caminhos” para solucionar o problema. Essa simplificação exclui as possibilidades de intervenção da política e da ciência, subestimando-as e colocando-as como passivas frente ao fenômeno “inexplicável” e “imprevisível”.

Confrontando o texto com os conteúdos jornalísticos, observamos que os eixos temáticos presentes se concentram na supervalorização da política partidária em detrimento da política propriamente dita, personificando nos sujeitos políticos que detém cargos públicos: prefeitos, governadores, ministros e presidente. Contudo, a propagação da desinformação é o que parece como característica principal, uma vez que, além de ser um conteúdo impostor, o texto propaga inverdades.

## Conclusão

A análise, realizada aqui, revelou aspectos relativos à compartimentação equivocada entre saúde e política em produtos jornalísticos referentes à pandemia da Covid-19. Confrontados com o texto que viralizou nas redes digitais, atribuído erroneamente a Mário Sérgio Cortella, identificamos que, mesmo o jornalismo profissional pode provocar instabilidades e produzir desinformação quando simplifica ou quando apresenta visões dicotômicas em problemas que são socialmente complexos (Ferreira, 2018). Considerando o que Gavilanes (2009), Fiocruz e Araújo (2014) nos orientam e os preceitos constitucionais estabelecidos na CF 1988 quanto às políticas públicas em saúde, reconhecemos que há um laço indissociável entre política e saúde que, quando roto, gera danos toda a sociedade.

O confronto entre as publicações de mídias tradicionais e o texto de autoria desconhecida para ser compartilhado em mídias sociais evidencia a transversalidade de um entendimento errôneo sobre a saúde pública. Mais que isso, coloca em xeque o papel do jornalismo enquanto instância comprometida com a correta divulgação dos fatos (mesmo quando se trata de textos de opinião).

No Brasil, as particularidades dos cenários públicos levaram a um afastamento das informações mais confiáveis sobre a Covid-19 (oferecidas por cientistas e especialistas) e possibilitaram uma ampla difusão de desinformação via mídias digitais, seguindo percursos muito similares aos que foram trilhados nas eleições nacionais em 2018. O uso de mídias sociais tem sido, no país, fonte contínua de circulação de *fake news* e a ação das empresas para

minimizar esse tipo de material é ainda pouco impactante (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2020).

O material analisado expõe um contexto de desinformação que confunde os cidadãos quanto às interseções entre saúde e política, eximindo, muitas vezes, gestores de suas responsabilidades constitucionais. A divulgação desse tipo de conteúdo já se mostra danosa quando realizada pelos sistemas de propagação de *fake news* nas redes. A comparação com o jornalismo profissional, entretanto, mostra que os processos de desinformação quanto à saúde no Brasil podem ser ainda mais graves.

## Referências

- ARAÚJO, Inesita Soares de. Comunicação, saúde e cidadania no Brasil. In: GONÇALVES, Gisela; FELIPPI, Ângela. *Comunicação, Desenvolvimento e Sustentabilidade*. Covilhã: LabCom, 2014. Disponível em: [https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/6220/1/20150430-vol2\\_comunicacao\\_desenvolvimento\\_sustentabilidade.pdf#page=119](https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/6220/1/20150430-vol2_comunicacao_desenvolvimento_sustentabilidade.pdf#page=119) Acesso: 15 jan. 2021
- ARAÚJO, Inesita Soares; CORDEIRO, Raquel Aguiar. A pandemia e o pandemônio: Covid-19, desigualdade e direito à comunicação. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*. Quito, Equador, 145, p. 215-234, dez/2020 - mar/2021. Disponível em: <https://revista-chasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4363/3347> Acesso em: 25 jan. 2021.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Editora 70, 2011.
- BLOCH, Marc. Reflections of a Historian on the False News of the War. *Michigan War Studies Review*, v. 051, July 2013. Disponível em: <http://www.miwslr.com/2013-051.aspx> Acesso em 15 abr. 2021.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 10 jan. 2021.
- BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e Circulação de “Fake News”: distinções, diagnóstico e reação. In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB 2018, Londrina/PR. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124659> Acesso em: 22 abr. 2021.
- Carta de Ottawa. In: 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa, Canadá; 1986 Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf) Acesso em 15 jan. 2021.



- CONECTAS DIREITOS HUMANOS E DO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE DIREITO SANITÁRIO (CEPEDISA). Boletim de Direitos na Pandemia. 2021. Disponível em: <http://cepedisa.org.br/publicacoes/> Acesso em: 24 jan. 2021.
- CONSTANTINO, Rodrigo. In: JOVEM PAN. *Constantino: Quem politiza a pandemia desde o começo são alguns políticos e veículos de comunicação*. Disponível em: <https://jovempan.com.br/videos/programas/3-em-1/constantino-quem-politiza-a-pandemia-desde-o-comeco-sao-alguns-politicos-e-veiculos-de-comunicacao.html> Acesso em: 25 jan. 2021.
- CORREIO BRAZILIENSE. Pandemia pode ser usada como arma para desgaste político. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/videos/2020/05/23/innovalab-lider-da-tesla-e-especialista-em-vacina-falam-a-alunos-no-brasil.htm> Acesso em: 25 jan. 2021.
- DESERIIS, Marco. Technopopulism: The Emergence of a Discursive Formation. *TripleC: Communication, Capitalism & Critique*, v. 15, n. 2, p. 441-458, May. 2017. Disponível em: <https://triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/770> Acesso em: 10 jan. 2021.
- DUARTE, André de Macedo; CESAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. Educ. Real., Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362020000400202&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362020000400202&lng=en&nrm=iso). Acesso em 26 jan. 2021.
- FERREIRA, Fernanda Vasques; VARÃO, Rafiza. Jornalismo como instância de Confiabilidade de Informações durante a Pandemia da Covid-19. In: OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de.; GADINI, Sérgio. (Orgs.). *Jornalismo em tempos de pandemia do novo coronavírus*. Aveiro: Ria Editorial, 2020.
- FERREIRA, Fernanda Vasques. *O papel do factual nos processos de agendamento e de enquadramento no telejornalismo*. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde. <https://portal.fiocruz.br/politicas-publicas-e-modelos-de-atencao-saude>
- GAVILANES, Raul Velásquez. Hacia una nueva definición del concepto “políticapública”. *Desafíos*. Bogotá, Colômbia, 20, p. 149-187, jan-jun 2009. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/433> Acesso em: 20 dez. 2020.
- GARCÍA, Ginés González. O estado, a saúde e a mídia. In: TABAKMAN, Roxana. *A saúde na mídia: medicina para jornalistas, jornalismo para médicos*. São Paulo: Summus, 2013.
- GRAHAM, Mary. *Democracy by Disclosure*. The rise of Technopopulism. Washington DC, Booking Institution Press, 2002. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iGEG3StjgpcC&oi=fnd&pg=PA1&dq=techno+populism+graham&ots=tecb\\_PTaJ2&sig=P\\_2kkZ0R8OaK71pWXgflDhp2I#v=onepage&q=techno%20populism%20graham&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iGEG3StjgpcC&oi=fnd&pg=PA1&dq=techno+populism+graham&ots=tecb_PTaJ2&sig=P_2kkZ0R8OaK71pWXgflDhp2I#v=onepage&q=techno%20populism%20graham&f=false) Acesso em: 10 jan. 2021.
- IRIBARRÍA, Juan del Pozo; OLEFFE, Miguel Ferreras. La telefonía móvil como instrumento de comunicación para la información y prevención del consumo de drogas. In: CAMBRA, Ubaldo Cuesta; ITURRIZAGA, Aitor Ugarte; HEVIA, Tania Menéndez. (Orgs.). *Comunicación y Salud*. Nuevos escenarios y tendencias. Madrid: Editorial Complutense, 2011.
- JOVEM PAN. Constantino: Quem politiza a pandemia desde o começo são alguns políticos e veículos de comunicação. Disponível em: <https://jovempan.com.br/videos/programas/3-em-1/constantino-quem-politiza-a-pandemia-desde-o-comeco-sao-alguns-politicos-e-veiculos-de-comunicacao.html> Acesso em: 25 jan. 2021.
- KOBORI, Nayara.; SANCHES, Priscila Romero. Ética do cuidado retratada na mídia: as estratégias de combate a Covid-19 por lideranças femininas. In: PAULINO, Rita; RODRIGUEZ-HIDALGO, Claudia (Orgs). *Jornalismo, sociedade e pandemia*. Aveiro: Ria Editorial, 2020.
- KURY, Mário da Gama. Apresentação. In: ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1997. p. 05-11.
- LIPOW, Arthur; SEYD, Patrick. Political parties and the challenge to democracy: From steam-engines to techno-populism. *New Political Science*, v. 17, p. 295-308, Dec. 2007.
- MELLO, Patrícia Campos. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MONARI, Ana Paula Pontalti. A mídia e a ciência que me “servem”: o reforço da autoridade jornalística e científica nas postagens do Twitter de Jair Bolsonaro. In: PAULINO, Rita; RODRIGUEZ-HIDALGO, Claudia (Orgs). *Jornalismo, sociedade e pandemia*. Aveiro: Ria Editorial, 2020.

- MONTORO, Tânia. Retratos da comunicação em saúde: desafios e perspectivas. *Interface* (Botucatu), Botucatu, v. 12, n. 25, p. 445-448, Jun 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832008000200020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000200020&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- MOURA, Dione Oliveira. Comunicação em Saúde: apenas remediar ou participar e prevenir? In: MENDONÇA, Valéria et al. *Comunicação da informação em Saúde: aspectos de qualidade*. Brasília: Editora do Depto de Ciência da Informação e Documentação, 2008. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15477/1/CAPITULO\\_ComunicacaoSaudeApenas.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15477/1/CAPITULO_ComunicacaoSaudeApenas.pdf)
- ORDOÑEZ, Kruzkaya et al. Cómo se modifican los espacios informativos con el Covid-19? In: PAULINO, Rita; RODRIGUEZ-HIDALGO, Claudia (Orgs). *Jornalismo, sociedade e pandemia*. Aveiro: Ria Editorial, 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Disponível em. Comunicação de riscos em emergências de saúde pública Um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência. 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259807/9789248550201-por.f?sequence=10&isAllowed=y> Acesso em 15 jan. 2021.
- PORTAL IG. É irresponsabilidade misturar vacinas com política, diz epidemiologista Disponível em: <https://saude.ig.com.br/coronavirus/2020-11-09/e-irresponsabilidade-misturar-vacinas-com-politica-diz-epidemiologista.html> Acesso em 25 jan. 2021.
- PORTAL UOL. É “lamentável” uso político da covid, diz líder em pesquisa de vacinas. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/videos/2020/05/23/innovalab-lider-da-tesla-e-especialista-em-vacina-falam-a-alunos-no-brasil.htm> Acesso em 25 jan. 2021.
- RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia*, São Paulo, n. 41, pág. 31-47, agosto de 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-25532019000200031&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532019000200031&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 23 abr. 2021.
- VARÃO, Rafiza. Números, negacionismo, morte e desinformação. Disponível em: <https://portalimprensa.com.br/noticias/opiniaio/83711/numeros+negacionismo+morte+e+desinformacao+por+rafiza+varao> Acesso em: 20 jan. 2021.
- VASCONCELLOS-SILVA, Paulo R.; CASTIEL, Luis David. COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, e00101920, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020000703001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000703001&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 23 abr. 2021.
- WARDLE, Claire. Fake news. It's complicated. Medium.com, Fevereiro, 16. <https://medium.com/1st-draft/fake-newsits-complicated-d0f773766c79>, 2017.
- WARDLE, Claire; DERA KHSHAN, Hossein. *Information Disorder - Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Council of Europe: 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c> Acesso em 10 jan. 2021.